

Melhor saldo é de imagem e dólares

ROLF KUNTZ

Dólares em caixa e credibilidade são os principais ativos acumulados pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em seu primeiro ano de trabalho. A inflação continua perto de 20% ao mês, o desemprego é um dos mais altos de todos os tempos, o bolo salarial permanece comprimido, a recuperação da indústria é incerta e as vendas do comércio são medíocres. No entanto, o ministro tem apoio do empresariado, entende-se bem com o Fundo Monetário Internacional, apesar do não cumprimento das metas, e tem bom diálogo com os credores externos. As opiniões favoráveis resumem-se basicamente no seguinte: ele está no caminho certo, é confiável e só não conseguiu resultados melhores porque há obstáculos políticos. As opiniões críticas tocam em dois pontos: a política de juros está errada e o sacrifício imposto aos trabalhadores é muito grande e sem resultado à vista.

Os dois grupos de opiniões não são inteiramente incompatíveis. Marcílio Marques Moreira conquistou confiança liberando preços, adotando uma política orto-

dora e geralmente previstível e negociando seriamente com os credores e com o FMI. Ele não precisou inventar desculpas para o descumprimento de algumas metas. O endividamento federal no mercado cresceu por causa do ganho de reservas (US\$ 11 bilhões em caixa, em fevereiro, numa contagem conservadora) e dos juros altos.

A condução da política pode ser discutida tecnicamente, mas não há como contestar seu caráter ortodoxo. Os maiores problemas ocorreram do lado fiscal. Só na área federal a receita ficou Cr\$ 3 trilhões abaixo do total previsto para o primeiro trimestre. Desse valor, Cr\$ 1,2 trilhão correspondem a parcelas não recolhidas do Finsocial. Além disso, o pagamento do Imposto de Renda pelas empresas foi retardado, por decisão do Congresso. Mas o controle dos gastos aumentou e cerca de Cr\$ 2 trilhões foram poupadados de forma definitiva. Como resultado, o governo federal conseguiu superávit primário (despesas menos receitas, sem contar as contas de juros) equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto. Até as estatais fecharam o trimestre com superávit e com tarifas em nível satisfatório.

Estados e municípios, porém, mantiveram gastos elevados e aumentaram seu endividamento na Caixa Econômica Federal até 15 de fevereiro, quando o Banco Central impôs novas normas. Mas os governadores continuam tentando, com algum êxito, trocar apoio político por facilidades financeiras. Isso ocorreu, por exemplo, na votação da lei salarial.

O ajuste fiscal, apesar do empenho da equipe do Ministério da Economia, continua incerto. Muita coisa dependerá do Congresso e de barganhas administradas pelo Palácio do Planalto. De imediato, o ministro da Economia parece haver conseguido escapar de uma armadilha. Com juros menores e um aperto na tributação, foi possível reduzir o ingresso especulativo de dólares. Isso deve facilitar a política monetária e reduzir a colocação de títulos federais. Do lado dos preços, a perspectiva mais otimista é de aumentos menores nos próximos meses, mas nada aponta uma queda brusca da inflação. Do lado da produção e do emprego, o fundo do poço pode ter sido alcançado, mas não há previsão confiável sobre a evolução nos próximos meses.